



## Profissionais de segurança privada da PB adoecem por causa da profissão, diz Sindeforte-PB

*Estresse e pressão por causa da ação de assaltantes causa doenças psicológicas nos seguranças, diz sindicato.*



Funcionários também são afastados por causa de ferimentos causados em ações de assaltantes (Foto: Antonio Junior/Divulgação/Arquivo)

Pelo menos 18% dos trabalhadores que atuam em empresas privadas de segurança de valores na Paraíba estão afastados dos seus postos por conta de doenças relacionadas à profissão, segundo um levantamento feito pelo sindicato que representa a categoria no estado (Sindeforte-PB). De acordo com o presidente da instituição, Laudisvan Gonçalves, a maioria das licenças e atestados médicos emitidos são por problemas psicológicos provocados pelo estresse na profissão.

Segundo o presidente do Sindeforte-PB, além dos atestados médicos por problemas psicológicos, os trabalhadores também se afastam da profissão por causa de danos físicos relacionados a crimes contra agências bancárias, carros-fortes, caixas eletrônicos e outras ações de assaltantes.

Um funcionário de uma empresa, que não quis se identificar, foi baleado duas vezes durante ações de assaltantes. Um dos tiros foi nas costas e o outro no cotovelo, fazendo com que ele perdesse os movimentos do braço.

“A minha fisioterapia, eu liguei para a empresa para saber se eles pagavam, né? A empresa falou que não tinha o direito de pagar, que não pagava, então paguei do meu bolso. Fiz algumas sessões, mas a médica falou que não adianta mais fazer, que meu braço não chega mais ao normal. Perdi dois movimentos”, diz o segurança.

Para Laudisvan Gonçalves, a recorrência dos casos acaba prejudicando os funcionários. “O trabalhador de uma empresa dessas trabalha o tempo inteiro pressionado psicologicamente e por causa disso temos essa média de funcionários afastados por problemas de saúde. E grande parte destes trabalhadores que entram com atestado médico se recuperam pouco, voltam a trabalhar, mas em menos de um mês voltam a colocar atestado. Eles são vistos com outros olhares pelas empresas e na primeira oportunidade, acabam sendo demitidos”, completa.

Fonte: G1

# CUT-RS, bancários e vigilantes querem excluir retrocessos do projeto de estatuto da segurança privada



Senador recebeu propostas das entidades durante sua festa de aniversário, em Porto Alegre (RS)

A CUT-RS, a Fetrafi-RS, o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e o SindiVigilantes do Sul entregaram um documento ao senador Paulo Paim (PT-RS), propondo excluir os retrocessos incluídos no projeto de lei (PL 4238/2012), que cria o Estatuto da Segurança Privada, aprovado no final do ano passado na Câmara dos Deputados e agora em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado.

Paim, integrante da CAS, recebeu o ofício antes do início do ato realizado ao meio-dia deste domingo (7), na Casa do Gaúcho, no centro de Porto Alegre, durante o almoço de aniversário do senador. Ele se comprometeu em analisar as propostas de ajustes apresentadas pelas entidades, dialogar com o relator do projeto, senador Vicentinho Alves (PR-TO), e requerer a realização de audiências públicas para aprofundar o debate no Senado.

O documento foi entregue pelo diretor do SindBancários e da Contraf-CUT e secretário de Comunicação da CUT-RS, Ademir Wiederkehr, pelo diretor do SindBancários e da Contraf-CUT, Paulo Stekel, pelo presidente do Sindivigilantes do Sul, Loreni Dias, pelo diretor de Formação do SindiVigilantes do Sul, Darlan Alves, e pelo

secretário de Relações do Trabalho da CUT-RS, Antonio Güntzel.

Paim observou que, nesta fase da tramitação, não é mais possível acrescentar novas propostas, mas apenas solicitar a supressão de artigos ou parágrafos, uma vez que o projeto já passou pelo Senado anteriormente, embora o texto aprovado pelos senadores tratava do piso nacional dos vigilantes e não previa a criação do estatuto da segurança privada.

## **Segurança não é matéria de interesse nacional**

Apesar de conter avanços importantes, as entidades sindicais apontaram no documento vários retrocessos no texto, que colocam em risco a segurança de bancários, vigilantes e clientes. Entre eles, está o parágrafo único do artigo 1º que trata “a segurança privada e a segurança das dependências das instituições financeiras como assunto de interesse nacional”.

As entidades querem a supressão desse item porque ele visa acabar com a possibilidade de legislação municipal e estadual sobre um tema que todos discutem. Segundo Ademir, “o artigo 30, da Constituição Federal, garante a competência dos municípios em legislar sobre assuntos de interesse local e o STF já reconheceu a constitucionalidade

de leis municipais que obrigam os bancos a instalar portas de segurança”.

Se esse parágrafo for mantido, salienta Dias, “os municípios não poderiam, por exemplo, aprovar leis da vigilância 24 horas nos bancos, como as que já foram sancionadas em Porto Alegre e várias cidades do interior gaúcho”.

### **Nenhum direito a menos**

Stekel alerta para a inclusão de parágrafos, que mudam a jornada de trabalho dos vigilantes e a própria lei de greve para tentar frear a luta dos trabalhadores pelos seus direitos. “São questões de Direito do Trabalho que nada têm a ver com segurança privada e, por isso, devem ser suprimidas no Senado”, defende.

O projeto determina também a exigência de segurança para as cooperativas de crédito, o que é um avanço, mas restringe para as cidades com mais de 20 mil habitantes, “o que precisa ser excluído do texto, pois aumenta o risco dos funcionários e vigilantes que ali trabalham e dos clientes que são atendidos”, enfatiza Dias. “Queremos segurança em todos os estabelecimentos das cooperativas”.

A instalação de mecanismos como biombos em frente aos caixas para combater o crime da “saidinha de banco” é requisito exigido no projeto somente para as capitais dos estados e cidades com mais de 500 mil habitantes, enquanto outro artigo retira a possibilidade da interdição de agências que não cumprem a legislação de segurança. As multas contra bancos infratores foram corrigidas apenas pela metade da inflação do período. “Essas medidas, dentre outras, precisam ser devidamente ajustadas no Senado, sob pena de colocar em risco a vida das pessoas”, frisa Stekel.

“Os bancos são campeões de lucros, mas tratam a segurança como custos. Somente uma nova legislação, que amplie a obrigatoriedade de equipamentos e medidas de prevenção contra assaltos e sequestros, fará com que eles aportem mais investimentos para proteger a vida das pessoas”, conclui Ademir.

Fonte: CUT-RS com Fetrafi-RS, SindBancários e SindiVigilantes do Sul

# **Dia do trabalhador é comemorado com muita festa na Sede Social do SINTESV/RO**



Conforme havia sido anunciado, o Dia do Trabalhador de 2017 foi comemorado com muita festa entre os trabalhadores e seus familiares, e o melhor de tudo, na Sede Social dos vigilantes, que continua em obra, mas foi possível realizar um dia de evento com muita alegria, banho de piscina, música ao vivo e o tradicional Torneio de Futebol com participação especial das mulheres.

Para o presidente do SINTESV/RO, Paulo Tico, esse tipo de confraternização é muito importante para a integração dos trabalhadores e a união da categoria, “é importante que façamos esse tipo de evento, além de termos a oportunidade de conhecer os nossos companheiros, fazermos

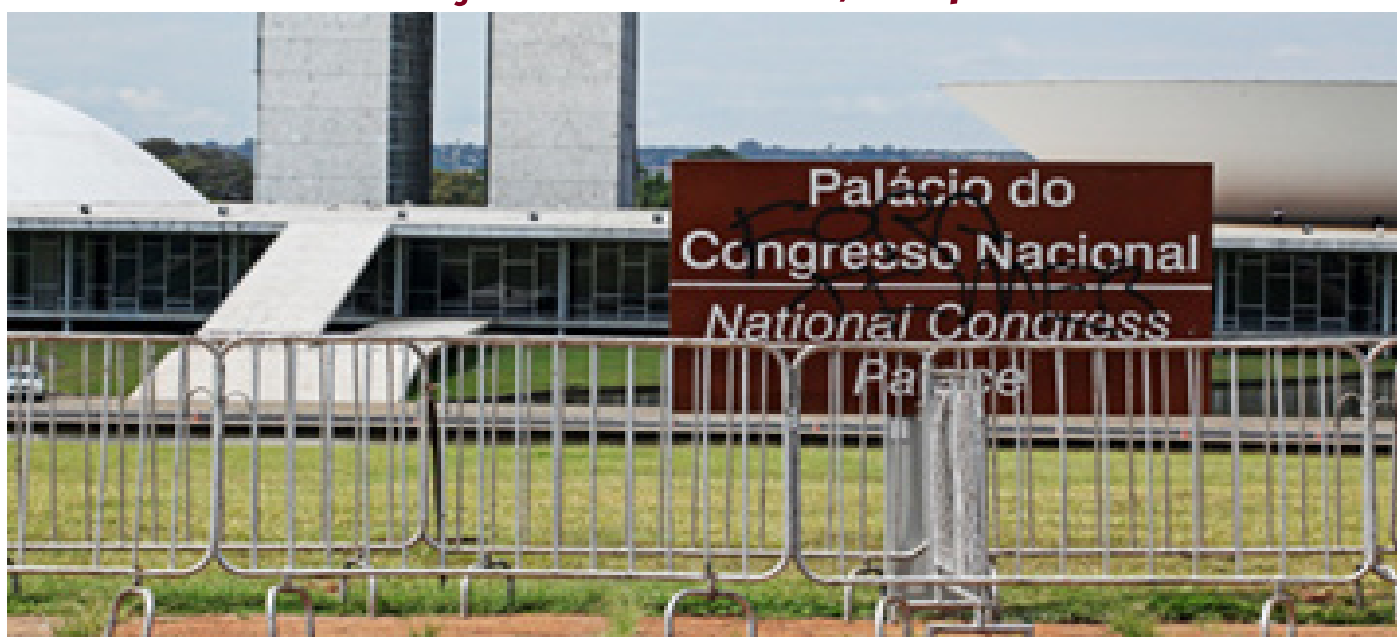
novas amizades é uma forma de valorizarmos os trabalhadores, afinal, essa casa é deles” disse Paulo Tico.

O diretor de esportes Jailton Holanda, parabenizou as 14 equipes que participaram do torneio de forma amistosa e disse que em breve estará anunciando o tradicional Campeonato de Futebol dos Vigilantes. Das equipes participantes, quatro se classificaram para a semifinal no sistema mata-mata, ficando com o 1º lugar a empresa Protege, 2º lugar Proteção Máxia e 3º colocada a empresa HR. Essas três ganharam troféus e um prêmio simbólico em dinheiro. O presidente Paulo Tico anunciou que em julho irá realizar um grande evento comemorativo ao dia do vigilante e que o torneio ganhará uma premiação bem generosa “estamos trabalhando para concluir diversas obras em nossa Sede e em julho estaremos mais organizados para recebermos os nossos companheiros” anunciou. Paulo Tico destacou a participação especial das mulheres, que ao final receberam um kit de produtos de beleza cada.

Fonte: Sintesv/RO

# Sob bloqueio policial, comissão especial conclui PEC da Previdência que vai a plenário

*Sessão ocorreu sob forte aparato de segurança no entorno e dentro da Câmara. “Casa sitiada”, reage deputada. Texto seguirá para o plenário. Tempo mínimo de contribuição é “maldade”, diz parlamentar*



Sob aparato incomum de segurança, incluindo policiais armados no interior da Casa e acesso restrito ao parlamento, a comissão especial da Câmara dos Deputados que discute a “reforma” da Previdência está concluindo nesta terça-feira (9) a votação dos destaques. Até a conclusão deste texto, às 19h50, faltava apenas um para ser votado, sem alteração no resultado final. O texto-base do relator, Arthur Maia (PPS-BA), foi aprovado na última quarta-feira (3), com 23 votos a favor e 14 contra.

O relatório vai agora a plenário, em duas votações, e precisa de pelo menos 308 votos para ser aprovado. Centrais sindicais, entidades profissionais e movimentos sociais programam para o dia 24 o envio de caravanas para “ocupar” a capital federal.

Pelo texto final, mantido, a reforma prevê idades mínimas aumentando gradualmente (um ano a mais a cada dois anos), até atingir 65 anos para o homem e de 62 anos para a mulher, acabando com a aposentadoria por tempo de contribuição. O tempo mínimo de contribuição será elevado, também gradualmente, de 15 para 25 anos. Autores de quadro comparativo, divulgado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), os consultores legislativos Luiz Alberto dos Santos e Carlos Eduardo Esteves Lima avaliam que esse é o item mais prejudicial a trabalhadores mais pobres.

“Se esse regramento já estivesse vigente em 2015, apenas 21% dos trabalhadores que se aposentaram conseguiriam ter se aposentado. Ou seja, num momento de desemprego, 79% dos

trabalhadores de baixa renda não conseguiriam se aposentar por idade com essa norma”, diz o Diap. “O que ele (relator) está propondo é uma maldade”, disse o deputado Bebeto (PSB-BA), destacando o tempo médio de permanência no trabalho, segundo ele inferior a um ano. “Manter a carência de 25 anos significa exclusão do sistema previdenciário, que é a marca dessa PEC. Será inalcançável”, reagiu Jandira Feghali (PCdoB-RJ). O relator reafirmou que o aumento é gradual.

Com maioria governista, a comissão foi derrubando destaques apresentados pela oposição, praticamente pelo mesmo placar. O destaque do PCdoB contrário ao aumento do tempo mínimo de 25 anos de contribuição, por exemplo, foi rejeitado por 22 a 14. Outro, do PSB, pretendia manter o atual sistema de aposentadoria para trabalhadores rurais – perdeu por 23 a 14.

Também foi derrubada, novamente por 23 a 14, emenda do PT que tentava eliminar a nova regra de cálculo dos benefícios, que fixa em 70% da média salarial desde julho de 1994 a aposentadoria com 25 anos de contribuição. Pela proposta, o percentual aumenta até chegar a 100% com 40 anos de contribuição. “Considerando a média dos períodos de informalidade, o trabalhador terá que permanecer no mercado de trabalho por 52 anos para conseguir computar 40 anos de contribuição”, observam os consultores.

Mais uma emenda, contrária à elevação da idade de acesso a Benefício de Prestação Continuada (BPC), de 65 para 68, caiu – por 22

a 14. Uma emenda aprovada (bloco PTB, Pros, PSL e PRP), por unanimidade, preservou a possibilidade de recorrer à Justiça estadual em ações contra o INSS. O relator havia proposto remeter esses casos para a Justiça federal. O texto do relator, diz a oposição, também explicita a privatização da previdência complementar do servidor público, ao retirar a expressão “de natureza pública”.

A segurança ostensiva na Câmara e seu entorno foi criticada pela oposição. “A Casa está sitiada”, criticou Jandira Feghali. “Não estamos em Estado de sítio para cercar aqui de polícia e impedir que as pessoas entrem”, protestou Pepe Vargas (PT-RS). A bancada do PT divulgou nota de protesto. “Foi um mau momento do Congresso Nacional. A soberania popular é a coisa mais importante que tem”, afirmou Ivan Valente (Psol-SP). Ele lamentou a rejeição de uma emenda do partido sobre realização de um referendo popular sobre a reforma: “Vocês têm medo”.

Segundo o presidente da comissão especial, Carlos Marun (PMDB-MS), o esquema de segurança se justificava para evitar invasões. Ele afirmou que eram “medidas excepcionais para garantir o voto”. Na semana passada, a sessão foi interrompida por um protesto de agentes penitenciários. Por outro lado, Marun não permitiu intervalo para almoço, avisando aos deputados que havia lanches disponíveis (x-salada e ovo) na sala da Comissão de Orçamento.

Fonte: Rede Brasil Atual



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF